

## MINUTA DO CONTRATO Nº XXX/2026 – SEMSA/PMMz

Processo Administrativo nº 681/2025 - SEMSA/PMMz

**TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ENGENHARIA PARA REFORMA, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE MAZAGÃO/AP, POR MEIO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE – SEMSA/PMMz, E A EMPRESA \_\_\_\_\_, CONFORME AS ESPECIFICAÇÕES, CONDIÇÕES E DEMAIS ELEMENTOS TÉCNICOS ESTABELECIDOS NO PROJETO BÁSICO, SEUS ANEXOS E NESTE INSTRUMENTO.**

O MUNICÍPIO DE MAZAGÃO/AP, por meio do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE – SEMSA/PMMz, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF nº 11.347.306/0001-35, com sede administrativa na Av. Veiga Cabral, s/n, Bairro Bom Jesus, Mazagão/AP, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE**, neste ato representado por seu **Secretário Municipal de Saúde**, o Sr. **ELCIMAR BRAGA DA COSTA**, portador do CPF nº 548.722.132-49, residente e domiciliado em Mazagão/AP, no uso de suas atribuições legais,

E, de outro lado, a empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ nº \_\_\_\_\_, com sede na \_\_\_\_\_, na cidade de \_\_\_\_\_, Estado de \_\_\_\_\_, neste ato representada por seu **Sócio-Administrador/Representante Legal**, Sr. \_\_\_\_\_, portador da Cédula de Identidade RG nº \_\_\_\_\_, expedida por \_\_\_\_\_, e do CPF nº \_\_\_\_\_, residente e domiciliado em \_\_\_\_\_, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, conforme atos constitutivos apresentados nos autos,

**TÊM ENTRE SI, JUSTO E CONTRATADO**, o presente **TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA REFORMA**, com fundamento no **Processo Administrativo nº 681/2025 – SEMSA/PMMz**, no **Estudo Técnico Preliminar – ETP**, no **Projeto Básico**, nas planilhas orçamentárias elaboradas pela SEMINFRA, e em observância às disposições da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais normas aplicáveis às contratações públicas,

resolvendo celebrar o presente contrato, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

**1.1.** O objeto do presente instrumento é a **contratação de empresa especializada em serviços de engenharia para execução da reforma do Posto de Saúde Pancada do Camaipi**, unidade integrante da rede municipal de Atenção Primária à Saúde do Município de Mazagão/AP, compreendendo intervenções necessárias à recuperação das condições estruturais, adequação das instalações físicas e melhoria da funcionalidade da edificação, conforme as especificações e condições estabelecidas no **Projeto Básico**, seus anexos e demais documentos técnicos que integram este contrato.





**1.2. Este Termo de Contrato vincula-se ao Projeto Básico e seus anexos, bem como à proposta vencedora, todos integrantes do Processo Administrativo nº 681/2025 – SEMSA/PMMz, independentemente de transcrição.**

## **CLÁUSULA SEGUNDA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL**

**2.1.** A presente contratação decorre de **procedimento de contratação de serviços de engenharia para reforma**, devidamente instruído no âmbito do **Processo Administrativo nº 681/2025 – SEMSA/PMMz**, e encontra fundamento na **Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021**, bem como nas demais normas legais e regulamentares aplicáveis às contratações públicas.

**2.2.** Integram o presente contrato, independentemente de transcrição, o **Projeto Básico e seus anexos, a proposta da Contratada**, bem como os demais documentos técnicos e administrativos que instruem o **Processo Administrativo nº 681/2025 – SEMSA/PMMz**, os quais passam a fazer parte integrante e indissociável deste instrumento contratual.

**2.3.** O presente contrato rege-se, ainda, pelos princípios da **legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, planejamento, economicidade, transparência, interesse público e vinculação ao instrumento convocatório**, conforme disposto na **Lei nº 14.133/2021**.

## **CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA, DO PRAZO DE EXECUÇÃO E DA GARANTIA ADMINISTRATIVA**

**3.1.** O prazo de **execução dos serviços** será de **120 (cento e vinte) dias corridos**, contados a partir da **emissão da Ordem de Serviço**, conforme estabelecido no **cronograma físico-financeiro integrante do Projeto Básico**.

**3.2.** O prazo de **vigência do presente contrato** será de **210 (duzentos e dez) dias corridos**, correspondendo ao período de execução dos serviços previsto no item anterior, **acrescido de 90 (noventa) dias**, destinados ao acompanhamento final da execução, à verificação da conformidade dos serviços realizados, à realização dos procedimentos de **recebimento provisório e definitivo da obra**, bem como à adoção das providências administrativas necessárias à conclusão contratual.

**3.3.** O acréscimo de 90 (noventa) dias ao prazo de vigência contratual tem por finalidade assegurar a **garantia administrativa da execução**, permitindo à Administração a adequada fiscalização final dos serviços executados, **não se confundindo com a garantia legal de 5 (cinco) anos** prevista no **art. 618 do Código Civil**, a qual permanece plenamente aplicável independentemente do término da vigência contratual.

**3.4.** A eventual prorrogação dos prazos de execução ou de vigência do contrato somente poderá ocorrer mediante **justificativa técnica devidamente fundamentada, adequação do cronograma físico-financeiro e autorização da autoridade competente**, devendo ser formalizada nos autos do **Processo Administrativo nº 681/2025 – SEMSA/PMMz**, nos termos da legislação vigente.





#### CLÁUSULA QUARTA – DO PREÇO

4.1. O valor total da contratação é de R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_).

4.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, bem como taxas de licenciamento, administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

4.3. Considerando que o regime de execução adotado é o de **empreitada por preço global**, os pagamentos à CONTRATADA serão realizados **de forma proporcional à execução física dos serviços**, conforme **medições periódicas vinculadas ao cronograma físico-financeiro**, devidamente atestadas pela fiscalização do contrato, **sem alteração do valor global contratado**, ressalvadas as hipóteses de alteração contratual previstas na legislação vigente.

#### CLÁUSULA QUINTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1. As despesas decorrentes da execução do objeto correrão à conta de **recursos oriundos de Emenda Parlamentar**, conforme **Proposta nº 11347306000125002**, cadastrada junto ao **Fundo Nacional de Saúde – FNS**, vinculada à **Emenda Parlamentar nº 26760002**, destinada à **reforma de Unidade Básica de Saúde** no Município de Mazagão/AP

5.2. A execução orçamentária dar-se-á por meio do **Fundo Municipal de Saúde de Mazagão**, à conta da seguinte dotação orçamentária, consignada no orçamento vigente:

- **Órgão:** 10 – Poder Executivo
- **Unidade:** 02 – Secretaria Municipal de Saúde – SEMSA
- **Função:** 10 – Saúde
- **Subfunção:** 301 – Atenção Básica
- **Programa:** 0007
- **Ação:** 1014
- **Elemento de Despesa:** 10.301.0007.1014.00004.4.90.51.00 – **Obras e Instalações**

5.3. A efetivação da contratação ficará condicionada à **existência de saldo orçamentário suficiente** e à **emissão da respectiva Nota de Empenho**, nos termos da legislação orçamentária e financeira vigente

#### CLÁUSULA SEXTA – DO PAGAMENTO

6.1. O pagamento à CONTRATADA será efetuado **após a apresentação da medição dos serviços executados**, devidamente atestada pelo Fiscal do Contrato, e **no prazo máximo de até 30 (trinta) dias**, contados da data do atesto, observadas as condições estabelecidas no **Projeto Básico**, no cronograma físico-financeiro e na legislação vigente.





## CLÁUSULA SÉTIMA – DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS EM SENTIDO AMPLO

7.1. As regras acerca do reajustamento de preços em sentido amplo do valor contratual, compreendendo reajuste em sentido estrito e/ou repactuação, são aquelas estabelecidas no **Projeto Básico**, anexo a este contrato, observada a legislação vigente.

## CLÁUSULA OITAVA – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

8.1. Para garantia do fiel cumprimento das obrigações assumidas, será exigida da CONTRATADA a prestação de **garantia de execução correspondente a 5% (cinco por cento) do valor inicial do contrato**, a ser apresentada até a data da assinatura do instrumento contratual, em uma das modalidades previstas nos arts. 96 e 98 da Lei Federal nº 14.133/2021, conforme condições estabelecidas no Projeto Básico.

## CLÁUSULA NONA – DO MODELO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E DA FISCALIZAÇÃO

9.1. O modelo de execução dos serviços a serem executados pela CONTRATADA, os materiais a serem empregados, a disciplina do recebimento do objeto e a fiscalização pela CONTRATANTE são aqueles previstos no **Projeto Básico**, anexo a este contrato.

## CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

10.1. As obrigações da CONTRATANTE e da CONTRATADA são aquelas previstas no **Projeto Básico**, anexo a este contrato.

## CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA SUBCONTRATAÇÃO

11.1. Será admitida a **subcontratação parcial do objeto, limitada a até 30% (trinta por cento) do valor total do contrato**, desde que **expressamente autorizada pela Administração**, não abrangendo as **parcelas de maior relevância técnica ou econômica**, e permanecendo a **CONTRATADA integralmente responsável** pela execução, coordenação, qualidade dos serviços e cumprimento de todas as obrigações contratuais, nos termos da **Lei Federal nº 14.133/2021**.

11.2. A subcontratação não implicará, em nenhuma hipótese, a transferência da responsabilidade contratual, cabendo à CONTRATADA responder integralmente perante a Administração pelos serviços executados, ainda que por terceiros.

## CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA RESCISÃO

12.1. O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido:

12.1.1. Por **ato unilateral e escrito da Administração**, nas hipóteses previstas nos arts. 137 e 138 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, observadas as consequências e efeitos





legais da rescisão administrativa, **sem prejuízo da aplicação das sanções** previstas neste contrato e no Projeto Básico;

**12.1.2. Amigavelmente**, por acordo entre as partes, nos termos do **art. 138, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021**, desde que haja conveniência para a Administração;

**12.2.** Os casos de rescisão contratual serão **formalmente motivados**, assegurando-se à **CONTRATADA o direito ao contraditório e à ampla defesa**, na forma da legislação vigente.

**12.3.** A **CONTRATADA** reconhece os **direitos da CONTRATANTE** em caso de rescisão administrativa, conforme previstos na **Lei Federal nº 14.133/2021**.

**12.4.** O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido de:

**12.4.1.** Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

**12.4.2.** Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

**12.4.3.** Apuração de eventuais **indenizações e multas**, na forma da legislação aplicável e das disposições contratuais.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS VEDAÇÕES E PERMISSÕES

**13.1.** É vedado à **CONTRATADA** interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte da **CONTRATANTE**, salvo nas hipóteses previstas em lei, especialmente aquelas admitidas pela **Lei Federal nº 14.133/2021**.

**13.2.** É permitido à **CONTRATADA** caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para operações financeiras, inclusive **cessão de crédito**, desde que observadas as disposições legais aplicáveis, as normas vigentes e **mediante prévia anuência formal da CONTRATANTE**.

**13.2.1.** A cessão de crédito, a ser formalizada mediante **termo aditivo**, dependerá da comprovação da **regularidade fiscal e trabalhista da cessionária**, bem como da certificação de que esta **não se encontra impedida de licitar ou contratar com o Poder Público**, nos termos da legislação em vigor.

**13.2.2.** O crédito a ser pago à cessionária corresponderá exatamente àquele que seria devido à **CONTRATADA** pela execução do objeto contratual, **deduzidos eventuais multas, glosas ou prejuízos causados à Administração**, sem prejuízo da aplicação de outros mecanismos legalmente admitidos de controle e pagamento, quando cabíveis.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO REGIME DE EXECUÇÃO E DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

**14.1.** Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pelas disposições da **Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021**, especialmente quanto às hipóteses, limites e formalidades aplicáveis às alterações qualitativas e quantitativas do contrato, observado o princípio do equilíbrio econômico-financeiro.





**14.2.** A diferença percentual entre o **valor global do contrato** e o **preço global de referência** não poderá ser reduzida em favor da **CONTRATADA** em decorrência de aditamentos que modifiquem a planilha orçamentária, ressalvadas as hipóteses legalmente admitidas.

**14.3.** Na hipótese de celebração de termos aditivos para a inclusão de novos serviços, o preço desses serviços será calculado com base no **custo de referência da Administração Pública** e no **BDI de referência** adotado na licitação, assegurada a manutenção do **equilíbrio econômico-financeiro do contrato** e do **percentual de desconto** ofertado pela **CONTRATADA**, quando aplicável, nos termos da **Lei nº 14.133/2021**.

**14.4.** Para o objeto ou parte do objeto contratual sujeita ao regime de **empreitada por preço global**, a assinatura do presente Contrato implica a concordância da **CONTRATADA** com a adequação dos projetos e documentos técnicos anexos, bem como o reconhecimento de que eventuais falhas ou omissões em peças técnicas, orçamentos, plantas, especificações, memoriais ou estudos preliminares **não poderão ser invocadas para acréscimos contratuais**, exceto nas hipóteses previstas em lei.

**14.5.** O presente contrato será executado **exclusivamente sob o regime de empreitada por preço global**, não sendo aplicáveis disposições relativas à empreitada por preço unitário, ressalvadas as hipóteses de alterações contratuais previstas em lei, devidamente justificadas e formalizadas.

**14.6.** Eventuais acréscimos, supressões ou ajustes nos serviços somente poderão ocorrer mediante **termo aditivo**, observados os limites legais, a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato e a compatibilidade com os preços de referência adotados pela Administração.

## CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS SANÇÕES E PENALIDADES

**15.1.** A **CONTRATADA** estará sujeita às **sanções administrativas previstas nos arts. 156 a 164 da Lei Federal nº 14.133/2021**, aplicáveis isolada ou cumulativamente, conforme a gravidade da infração, assegurados o **contraditório e a ampla defesa**, mediante regular processo administrativo.

**15.2.** Constituem infrações administrativas, entre outras:

**15.2.1.** atraso injustificado no início ou na execução dos serviços;

**15.2.2.** descumprimento do cronograma físico-financeiro aprovado;

**15.2.3.** execução dos serviços em desconformidade com o Projeto Básico, especificações técnicas ou determinações da fiscalização;

**15.2.4.** paralisação injustificada da obra;

**15.2.5.** não correção, no prazo fixado, de serviços rejeitados pela fiscalização;

**15.2.6.** inexecução total ou parcial do objeto contratual.

**15.3.** As sanções aplicáveis poderão consistir em:





**15.3.1. Advertência**, nos casos de infrações de menor gravidade;

**15.3.2. Multa**, calculada sobre o valor do contrato ou da parcela afetada, conforme definido no Projeto Básico e neste instrumento;

**15.3.3. Impedimento de licitar e contratar** com a Administração Pública, pelo prazo de até 3 (três) anos, nos termos do art. 156, inciso III, da Lei nº 14.133/2021;

**15.3.4. Declaração de inidoneidade**, nos termos do art. 164 da Lei nº 14.133/2021, quando caracterizada conduta grave ou fraudulenta.

**15.4.** As multas aplicadas poderão ser **descontadas de pagamentos devidos**, compensadas com créditos existentes, ou **cobradas administrativa ou judicialmente**, sem prejuízo da reparação integral dos danos causados à Administração.

**15.5.** A aplicação das penalidades não exime a **CONTRATADA** da obrigação de **concluir os serviços**, corrigir irregularidades e **indenizar eventuais prejuízos** causados à Administração Pública.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA FISCALIZAÇÃO E DO RECEBIMENTO DA OBRA

**16.1.** A fiscalização da execução deste contrato será exercida por **Gestor e Fiscal do Contrato**, formalmente designados pela **Secretaria Municipal de Saúde de Mazagão/AP**, nos termos dos arts. 117 a 119 da Lei nº 14.133/2021.

**16.2.** Compete ao Fiscal do Contrato acompanhar e verificar a execução dos serviços, cabendo-lhe, entre outras atribuições:

**16.2.1.** verificar a conformidade dos serviços executados com o Projeto Básico, especificações técnicas, cronograma e normas aplicáveis;

**16.2.2.** registrar ocorrências e não conformidades em relatórios próprios;

**16.2.3.** determinar a correção de serviços executados em desacordo com o contrato;

**16.2.4.** comunicar ao Gestor do Contrato quaisquer irregularidades ou descumprimentos contratuais.

**16.3.** O recebimento da obra dar-se-á em conformidade com o **art. 140 da Lei nº 14.133/2021**, observando-se as seguintes etapas:

**16.3.1. Recebimento Provisório**, após a conclusão física dos serviços, mediante verificação preliminar pela fiscalização;

**16.3.2. Recebimento Definitivo**, após a verificação da plena conformidade da execução com o Projeto Básico e demais documentos técnicos, e a correção de eventuais pendências apontadas.

**16.4.** A fiscalização exercida pela Administração **não exclui nem reduz** a responsabilidade da **CONTRATADA** pelos serviços executados, pela qualidade dos materiais empregados e pelo cumprimento integral das obrigações contratuais, legais e técnicas.





#### CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DOS CASOS OMISSOS

17.1. Os casos omissos serão decididos pela **CONTRATANTE**, segundo as disposições contidas na **Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021**, nas demais normas aplicáveis às contratações públicas e, subsidiariamente, de acordo com as disposições do **Código Civil** e os **princípios gerais dos contratos**.

#### CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA PUBLICAÇÃO

18.1. Incumbirá à **CONTRATANTE** providenciar a publicação do **extrato deste instrumento contratual**, nos meios oficiais cabíveis, **inclusive no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP**, nos prazos e condições previstos na **Lei Federal nº 14.133/2021**.

#### CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DO FORO

19.1. O Foro para solucionar os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato será o da **Comarca de Mazagão/AP**, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em **02 (duas) vias de igual teor**, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelas partes.

Mazagão/AP, ..... de ..... de 2025.

**ELCIMAR BRAGA DA COSTA**  
Secretário Municipal de Saúde  
Decreto nº 003/2025-GAB/PMMz

[nome responsável legal da empresa]

[.....cargo.....]

[.....empresa.....]

[ .....CNPJ .....]

#### TESTEMUNHAS:

\_\_\_\_\_  
CPF nº

\_\_\_\_\_  
CPF nº

